

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

17ª Sessão Ordinária de 2024

(Publicada no Diário Eletrônico do CNMP, Caderno Processual, de 05/11/2024, págs. 1/14)

Data: 12/11/2024

Hora: 09:00

Local: Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público – Setor de Administração Federal Sul, Quadra 2, Lote 3 – Brasília/DF

PAUTA DESTA SESSÃO

1) Aprovação da Ata da 15ª Sessão Ordinária de 2024 (08/10/2024).

PARTE I – PROCESSOS ELETRÔNICOS

Processos com Pedido de Vista

Pedido de Vista na 6ª Sessão Ordinária de 2024 (30/04/2024)

- 1) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.01014/2023-71
- Requerente: Jacson Luiz Zilio
- Advogados: André Galvão Pereira – OAB/RJ nº 156.129; Maurício Stegemann Dieter – OAB/SP nº 397309
- Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná
- Interessados: Coletivo por um Ministério Público Transformador; Instituto de Ciências Penais – ICP
- Advogados: Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira – OAB/DF nº 65.698; Gustavo Albano Amorim Sobreira – OAB/CE nº 13.552; José de Assis Santiago Neto – OAB/MG nº 102.766
- Objeto: Ministério Público do Estado do Paraná. Determinação para a suspensão do protocolo n.º 9.665/2023 de Remoção por Interesse Público, em trâmite no Conselho Superior, e do PAD n.º 008/2023-CGMP, da Corregedoria Geral. Determinação para a publicidade do protocolo n.º 9.665/2023. Reconhecimento do princípio da independência funcional. Pedido liminar.
- Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos
- Origem: Paraná
- Vista: Cons. Fernando da Silva Comin
Cons. Edvaldo Nilo de Almeida

Pedido de Vista na 10ª Sessão Ordinária de 2024 (18/06/2024)

- 2) Proposição nº 1.00393/2019-23
- Requerente: Valter Shuenquener de Araújo
- Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Emenda Regimental. Modifica o § 3º, acrescenta o § 4º e renumera os antigos §§ 4º e 5º do art. 77 do RICNMP.
- Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos
- Origem: Distrito Federal
- Vista: Cons. Engels Augusto Muniz

Pedido de Vista na 12ª Sessão Ordinária de 2024 (27/08/2024)

3) Proposição nº 1.00873/2021-72

Requerente: Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Regulamentação do Art. 17, §1º, da Lei nº 8.429/92, disciplinando o acordo de não persecução cível no âmbito do Ministério Público.
Relatora: Cons. Cíntia Menezes Brunetta
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Cons. Fernando da Silva Comin

Pedido de Vista na 13ª Sessão Ordinária de 2024 (10/09/2024)

4) Reclamação Disciplinar nº 1.01114/2023-07 (Recurso Interno) (Processo Sigiloso)

Recorrente: Triecon de Barra Mansa Ltda
Advogados: Robson Halley Costa Rodrigues – OAB/DF nº 67827; Ivana Patricia de Araujo Bezerra de Paula – OAB/DF nº 16.952; Paula Ferro Costa de Sousa – OAB/DF nº 24.987; Douglas Xavier de Souza – OAB/RJ nº 182.595
Recorridos: Membros do Ministério Público do Trabalho
Advogados: Marcos Joel dos Santos – OAB/DF nº 21203; Pedro Henrique Fernandes Rodrigues – OAB/DF nº 42.804; Rudi Meira Cassel – OAB/DF nº 22.256; Araceli Alves Rodrigues – OAB/DF nº 26720; Robson Rodrigues Barbosa – OAB/DF nº 36.669
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público do Trabalho.
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Rio de Janeiro
Vista: Cons. Edvaldo Nilo de Almeida

Pedido de Vista na 14ª Sessão Ordinária de 2024 (24/09/2024)

5) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00915/2024-18

Requerentes: Carla Brant Correa Sebba Roriz; Suelena Carneiro Caetano Fernandes Jayme
Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás
Objeto: Ministério Público do Estado de Goiás. Irresignação com decisão proferida pelo Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Goiás, na 5ª Sessão Extraordinária de 2024, que resultou no indeferimento das inscrições para promoção para entrância final, conforme Editais de nº 1 a 13/2024, por ausência de anexação do comprovante de residência. Requer a suspensão da publicação do resultado da promoção por antiguidade, Edital nº 8/2024, e o consequente deferimento das inscrições das peticionantes, com o fim de promovê-las a 7ª Promotoria de Justiça de Formosa, com a opção de permanecerem nas promotorias onde se encontram. Pedido de Liminar.
Relatora: Cons. Cíntia Menezes Brunetta
Origem: Goiás
Vista: Cons. Ivana Lucia Franco Cei

Pedidos de Vista na 15ª Sessão Ordinária de 2024 (08/10/2024)

- 6) Reclamação Disciplinar nº 1.01028/2022-40 (Recurso Interno) (Processo Sigiloso)
- Recorrentes: Sigiloso
- Advogados: Carlo Huberth Castro Cueva e Luchione – OAB/RJ nº 47698; Michelle Aguiar da Costa – OAB/RJ nº 204603; Alexandre Mendonça Arruda Pontes – OAB/RJ nº 112026; Joaquim Jair Ximenes Aguiar Junior – OAB/DF nº 28424
- Recorridos: Membros do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
- Advogados: Aristides Junqueira Alvarenga – OAB/DF nº 12.500; Juliana Moura Alvarenga Dilascio – OAB/DF nº 20.522; Luciana Moura Alvarenga Simioni – OAB/DF nº 1878A
- Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.
- Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
- Origem: Rio de Janeiro
- Vista: Cons. Edvaldo Nilo de Almeida
- 7) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00731/2024-11 (Recurso Interno)
- Recorrente: Paulo Nicholas de Freitas Nunes
- Advogados: Paulo Nicholas de Freitas Nunes – OAB/AL nº 5076; Fernanda Marinela de Sousa Santos – OAB/AL nº 6086B
- Recorrido: Ministério Público do Estado da Bahia
- Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Concurso público para ingresso na Carreira. Provedimento de cargos de Promotor de Justiça. Prova Oral. Determinação para que seja considerado aprovado o candidato que obtiver média igual ou superior a 50 pontos, independentemente de notas inferiores a 50 pontos em qualquer um dos grupos de perguntas (I, II, III ou IV). Pedido liminar.
- Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
- Origem: Bahia
- Vista: Cons. Edvaldo Nilo de Almeida

Processos Remanescentes

Incluídos na Pauta da 13ª Sessão Ordinária de 2023 (12/09/2023)

- 8) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00788/2022-40 (Recurso Interno)
- Recorrente: Pedro Paulo Mendes Martins
- Advogados: Luciana Alves de Lima Angelo – OAB/PR nº 56332; Luiz Eduardo Canto de Azevedo Bueno – OAB/PR nº 88950
- Recorrido: Ministério Público do Estado do Paraná
- Objeto: Ministério Público do Estado do Paraná. Procedimento de impugnação de vitaliciedade de membro. Decisão do Colégio de Procuradores de Justiça. Determinação para reintegração do requerente ao cargo de Promotor de Justiça.
- Relator: Cons. Moacyr Rey Filho
- Origem: Paraná

- 9) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00613/2023-04
Requerente: Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público
Advogado: Fabio Fontes Estillac Gomez – OAB/DF nº 34.163
Requerido: Ministério Público da União
Objeto: Ministério Público da União. Procuradoria-Geral da República. Pedido de revisão da Portaria PGR/MPU nº 629, de 21 de novembro de 2011, para incluir entre os beneficiários do auxílio pré-escolar os dependentes que possuem deficiência motora. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 3ª Sessão Ordinária de 2024 (12/03/2024)

- 10) Reclamação Disciplinar nº 1.00065/2023-21 (Recurso Interno) (Processo Sigiloso)
Recorrente: Sigiloso
Advogados: Maria Luiza Rosa Diniz Rodrigues – OAB/DF nº 56530; Michelangelo Cervi Corsetti – OAB/DF nº 53486
Recorrido: Membro do Ministério Público Federal
Advogados: Andre Fonseca Roller – OAB/DF nº 20.742; Felipe de Oliveira Mesquita – OAB/DF nº 34.673
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público Federal.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Goiás

Incluído na Pauta da 9ª Sessão Ordinária de 2024 (11/06/2024)

- 11) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00231/2023-44
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo
Advogados: Antonio Pedro Machado – OAB/DF nº 52.908; Shelly Giuleatte Pancieri – OAB/DF nº 59.181; Thiago Fernandes Boverio – OAB/DF nº 22.432
Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de São Paulo; Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo. Reclamação Disciplinar nº 1.00974/2022-51. Entrevista televisiva na qual se criticou decisão adotada pelo Tribunal Superior Eleitoral, no sentido de se determinar que o eleitor deva entregar o seu aparelho de telefonia celular ao mesário antes de proceder à votação.
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho
Origem: São Paulo

Incluídos na Pauta da 11ª Sessão Ordinária de 2024 (13/08/2024)

- 12) Consulta nº 1.01051/2022-07 (Apenso: Processo nº 1.00302/2023-08)
Requerente: Jarbas Soares Junior
Interessado: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Execução de pena de suspensão a Membro do Ministério Público. Consulta em relação a possíveis efeitos da sanção.
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho
Origem: Minas Gerais

Incluído na Pauta da 12ª Sessão Ordinária de 2024 (27/08/2024)

- 13) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00676/2023-42 (Recursos Internos)
- Recorrentes 1: Abraão Moises Queiroz Matalon e Outros
Advogada: Rachel Siza Tribuzy – OAB/AM nº 6863
Recorrido 1: Ministério Público do Estado do Amazonas
Recorrente 2: Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Amazonas
Advogados: Luciano de Almeida Souza Coelho – OAB/AM nº 9919; Michelle Nascimento Tachy Coelho – OAB/AM nº 9918
Recorrido 2: Ministério Público do Estado do Amazonas
Objeto: Ministério Público do Estado do Amazonas. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00000289-5. Anteprojeto de Lei que visa alterar o regime jurídico e a tabela de vencimentos dos servidores da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Amazonas. Alega existir erros materiais, formais e processuais no procedimento; além do cerceamento da participação do órgão sindical e de seus interessados e prejudicados pela reestruturação proposta. Pedido de Liminar.
Relatora: Cons. Ivana Lucia Franco Cei
Origem: Amazonas

Incluídos na Pauta da 14ª Sessão Ordinária de 2024 (24/09/2024)

- 14) Reclamação Disciplinar nº 1.00367/2024-35
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de Goiás
Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Goiás; Ministério Público do Estado de Goiás
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Goiás.
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: Goiás
- 15) Reclamação Disciplinar nº 1.00474/2024-54 (Processo Sigiloso)
Requerente: Ministério Público do Estado de Rondônia
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de Rondônia
Interessado: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Rondônia
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Rondônia.
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: Rondônia

Incluídos na Pauta da 15ª Sessão Ordinária de 2024 (08/10/2024)

- 16) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01066/2024-00 (Sigiloso)
Requerente: Nielsen Inacio da Silva
Requeridos: Ministério Público Federal, Procuradoria Regional da República da 6ª Região
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Minas Gerais. Procuradoria Regional da República da 6ª Região. Procedimento Administrativo nº 1.00.000.006786/2024-07. Requer imediato acesso ao expediente PGR-00341533/2024 e suspensão dos seus efeitos até que o requerente seja notificado sobre a alteração de sua unidade de trabalho, haja vista que foi regularmente selecionado para o exercício da função FC-2, de Secretário Nível II, na Unidade Descentralizada da Corregedoria na 6ª Região (UD6), com exercício de trabalho a distância, no interesse da administração. Pedido de Liminar.
Relator: Cons. Edvaldo Nilo de Almeida
Origem: Minas Gerais

Processos desta Sessão (12/11/2024)

- 17) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00664/2021-00 (Recurso Interno) (Processo Sigiloso)
Recorrente: Federação Nacional dos Servidores dos Ministérios Públicos Estaduais – FENAMP
Advogado: Rudi Meira Cassel – OAB/DF nº 22.256
Recorrido: Ministério Público do Estado do Paraná
Objeto: Ministério Público do Estado do Paraná. Desconstituição de ato administrativo. Irregularidades na transformação de 107 (cento e sete) cargos de provimento efetivo de diversos níveis em 150 (cento e cinquenta) cargos em comissão de Assistente de Promotoria. Ausência de prévio concurso para a remoção dos cargos vagos pelas aposentadorias e exonerações de diversos servidores efetivos.
Relatora: Cons. Ivana Lucia Franco Cei
Origem: Paraná
- 18) Reclamação Disciplinar nº 1.00485/2022-72 (Recurso Interno)
Recorrente: Flavia Mazzarotto Borges Tomazoni
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
Advogado: Marcelo Almeida Sant'anna – OAB/RS nº 50.756
Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul; Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul; Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil
Advogadas: Priscilla Lisboa Pereira – OAB/DF nº 39.915; Brenda Vanessa de Medeiros Jerônimo – OAB/DF nº 47.299
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul.
Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos
Origem: Rio Grande do Sul
- 19) Consulta nº 1.00621/2022-51
Requerente: Ministério Público do Estado do Paraná
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Expedição de declaração atestando o cumprimento dos requisitos legais e regulamentares necessários ao porte e à aquisição de armas de fogo por Membros do Ministério Público.
Relator: Cons. Edvaldo Nilo de Almeida
Origem: Paraná
- 20) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.01283/2022-10
Requerente: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Ceará
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará
Interessado: Membro do Ministério Público do Estado do Ceará
Advogado: Cosmo Rodrigues Brandao – OAB/CE nº 33.504
Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Revisão do Processo Administrativo Disciplinar nº 09.2021.00000266-5. Decisão do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado do Ceará (OECPJ/MPCE).
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Ceará

- 21) Proposição nº 1.00447/2023-91
Requerente: Antônio Augusto Brandão de Aras
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Conselho Nacional de Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Dispõe sobre parâmetros básicos para as eleições para o cargo de Procurador-Geral de Justiça no âmbito do Ministério Público Brasileiro.
Relatora: Cons. Ivana Lucia Franco Cei
Origem: Distrito Federal
- 22) Sindicância nº 1.00460/2023-03
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado da Paraíba
Advogado: Sheyner Yasbeck Asfora – OAB/PB nº 11.590
Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado da Paraíba; Ministério Público do Estado da Paraíba
Objeto: Sindicância instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado da Paraíba.
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: Paraíba
- 23) Conflito de Atribuições nº 1.01070/2023-24
Requerente: Procuradoria da República – Rio Grande do Norte/Ceará-Mirim
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. Conflito negativo de atribuição. Inquérito Civil nº 1.28.000.001968/2021-50. Apuração de eventuais irregularidades quanto ao contrato nº 190.501-58/2006, que trata de sistema de esgotamento sanitário de Parnamirim/RN.
Relatora: Cons. Ivana Lucia Franco Cei
Origem: Rio Grande do Norte
- 24) Reclamação Disciplinar nº 1.01140/2023-26 (Embargos de Declaração)
Embargantes: Carlos Alexandre da Costa; Elington Goes Cardoso
Advogado: Elington Goes Cardoso – OAB/RJ nº 174.366
Embargado: Membro do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.
Relatora: Cons. Cíntia Menezes Brunetta
Origem: Rio de Janeiro
- 25) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00190/2024-12
Requerente: Francisco Junior Alves Machado
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Alegação de possível excesso de cargos comissionados nas unidades do Ministério Público brasileiro, bem como ausência de normatização de percentual mínimo de ocupação por parte de servidores de carreira.
Relatora: Cons. Cíntia Menezes Brunetta
Origem: Distrito Federal

26) Correição nº 1.00390/2024-93

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Espírito Santo; Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Objeto: Aprovação do relatório conclusivo da Correição Ordinária temática em Direitos Fundamentais realizada no Ministério Público do Estado do Espírito Santo, nas modalidades presencial e virtual, nas comarcas a que pertencem as cidades de Vitória, Vila Velha, Serra, Cariacica, Cachoeiro de Itapemirim, Linhares, Guarapari, Viana, Aracruz, São Mateus, Fundão, Nova Venécia, Santa Maria de Jetibá, Barra de São Francisco, Domingos Martins, Anchieta e Colatina.
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: Distrito Federal

27) Reclamação Disciplinar nº 1.00465/2024-63 (Processo Sigiloso)

Requerente: Sigiloso
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Tocantins
Interessado: Ministério Público do Estado do Tocantins
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado do Tocantins.
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: Tocantins

28) Proposição nº 1.00489/2024-77

Requerente: Rogério Magnus Varela Gonçalves
Interessados: Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público Federal; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Conselho Nacional de Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação que “estabelece diretrizes sobre a atuação integrada do Ministério Público para prevenção, resposta e repressão às situações de violência escolar, bem como para a reparação às vítimas diretas e indiretas de ataques às unidades de ensino”.
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Distrito Federal

29) Notícia de Fato nº 1.00521/2024-04 (Recurso Interno)

Recorrentes: João Pedro de Lima Bueno; Lia de Lima Bueno
Advogado: João Pedro de Lima Bueno – OAB/SC nº 52772
Objeto: Notícia de Fato. Membros do Ministério Público do Trabalho. Informa supostas irregularidades na condução de procedimento extrajudicial – Inquérito Civil.
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Santa Catarina

- 30) Pedido de Providências nº 1.00579/2024-68
Requerentes: Karla Helenne Vicenzi; Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional do Estado do Paraná
Requerido: Thais Barbosa Athayde da Silveira
Interessado: Ministério Público do Trabalho
Objeto: Ministério Público do Estado do Paraná. Termo de Ajustamento de Conduta, firmado com o Ministério Público do Trabalho da 9ª Região/Curitiba, relativo às relações de trabalho na modalidade de associação entre advogado e sociedade de advocacia. Alegação de irregularidades no referido termo.
Relator: Cons. Edvaldo Nilo de Almeida
Origem: Paraná
- 31) Notícia de Fato nº 1.00651/2024-75 (Embargos de Declaração)
Embargante: Humberto Carvalho de Aragão Filho
Embargado: Herbet Goncalves Santos
Advogado: Matheus Andrade Braga – OAB/CE nº 40.495
Objeto: Notícia de Fato. Membro do Ministério Público do Estado do Ceará. Informa suposta irregularidade na possível assunção da presidência de conselho deliberativo de clube de futebol por parte de membro do Ministério Público.
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Ceará
- 32) Notícia de Fato nº 1.00671/2024-64 (Recurso Interno)
Recorrente: Gaspar Silveira Alves
Objeto: Notícia de Fato. Membro do Ministério Público Federal. Informa supostas irregularidades nas afirmações contidas no bojo da denúncia.
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Goiás
- 33) Reclamação Disciplinar nº 1.00685/2024-23 (Recurso Interno) (Processo Sigiloso)
Recorrente: Sigiloso
Advogados: Frederico Manoel Sousa Alvares – OAB/GO nº 51805; Lorena Leite Martins – OAB/GO nº 64746
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado de Goiás
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Goiás.
Relator: Cons. Edvaldo Nilo de Almeida
Origem: Goiás
- 34) Conflito de Atribuições nº 1.00695/2024-78
Requerente: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Requerido: Procuradoria Regional da República/5ª Região – Recife
Objeto: Ministério Público do Estado de Pernambuco. Ministério Público Federal no Estado de Pernambuco. Conflito negativo de Atribuições. Procedimento Investigatório Criminal nº 1.05.000.000086/2017-95. PIC nº 02157.000.014/2024. Apuração de possíveis irregularidades praticadas pela Prefeitura do Município de Abreu e Lima/PE na contratação da empresa COSTA VERDE, sem procedimento licitatório adequado.
Relatora: Cons. Cíntia Menezes Brunetta
Origem: Pernambuco

- 35) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00730/2024-68 (Processo Sigiloso)
- Requerente: Sigiloso
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Interessados: Membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso; Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Advogada: Rita de Cassia Ancelmo Bueno – OAB/SP nº 360.597
Objeto: Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Revisão da Sindicância Administrativa GEDOC nº 23.14.0024.0000008/2024-93. Decisão proferida pela Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso.
Relator: Cons. Edvaldo Nilo de Almeida
Origem: Mato Grosso
- 36) Notícia de Fato nº 1.00759/2024-40 (Recurso Interno)
- Recorrente: Andre Francisco Cantanhede de Menezes
Objeto: Notícia de Fato. Membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul. Informa suposto descumprimento de vedações previstas na Constituição Federal.
Relatora: Cons. Ivana Lucia Franco Cei
Origem: Mato Grosso do Sul
- 37) Pedido de Providências nº 1.00760/2024-00 (Recurso Interno)
- Recorrente: Clemente Sissinio Anezio da Silva
Recorrido: Procuradoria da República – São Paulo
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de São Paulo. Promoção de arquivamento. Notícia de Fato nº 1.34.001.003302/2022-18. Apuração da atuação de membros da OAB/SP no procedimento PD 03103R0002762017.
Relatora: Cons. Cíntia Menezes Brunetta
Origem: São Paulo
- 38) Reclamação Disciplinar nº 1.00797/2024-10
- Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requeridos: Membros do Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Advogados: Rafael de Almeida Moura – OAB/MG nº 112.571; Felipe Augusto Ribeiro de Miranda – OAB/MG nº 197.908; Luciano Santos Lopes – OAB/MG nº 74563
Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Minas Gerais; Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: Minas Gerais
- 39) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00843/2024-09 (Recurso Interno)
- Recorrente: João Reuther Antunes
Recorrido: Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Concurso público para ingresso na carreira de Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia. Editais nº 19 de 2024, nº 24 de 2024, nº 29 de 2024, referentes à fase oral. Alega que a banca examinadora cobrou conteúdo não previsto no edital, questão nº 2 do Grupo I da prova oral (resolução CNJ quanto à participação de gênero nos Tribunais). Requer ainda verificação da questão nº 3, haja vista que a banca examinadora desconsiderou a resposta ofertada pelo candidato.
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Bahia

40) Notícia de Fato nº 1.00871/2024-35 (Recurso Interno)

Recorrente: Acrício da Silva Rocha

Objeto: Notícia de Fato. Membro do Ministério Público do Estado de Goiás. Informa suposta irregularidade na atuação funcional.

Relator: Cons. Fernando da Silva Comin

Origem: Goiás

41) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00885/2024-02 (Recurso Interno)

Recorrente: Juliana Pontes da Fonseca

Advogado: Rafael da Silva Braga – OAB/SP nº 503709

Recorrido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais

Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Pedido para que candidatos negros e com deficiência não se submetam aos mesmos critérios de aprovação dos candidatos da ampla concorrência, no tocante à nota mínima, referente a concursos para Promotor de Justiça. Efetivação do sistema de cotas nas provas preambular, escrita e oral, e não apenas na preambular. Possibilidade de alteração da Resolução CNMP nº 14/2006. Pedido de liminar.

Relatora: Cons. Ivana Lucia Franco Cei

Origem: Minas Gerais

42) Proposição nº 1.00889/2024-19

Requerente: Fernando da Silva Comin

Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público Federal; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Procuradores e das Procuradoras do Trabalho; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Conselho Nacional de Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Regulamentação, no âmbito dos ramos e unidades do Ministério Público, os arts. 6º, inciso XI, e 7º-A, ambos da Lei nº 10.826/2003, com as alterações promovidas pela Lei nº 12.694/2012, e os arts. 7º, § 1º, incisos III, alíneas “l” e “o”, e IV, alíneas “k” e “m”, 53 e 54, §§ 1º e 2º do Decreto nº 11.615/2023.

Relatora: Cons. Ivana Lucia Franco Cei

Origem: Distrito Federal

43) Conflito de Atribuições nº 1.00901/2024-59

Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo

Requerido: Procuradoria da República – São Paulo

Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Promotoria de Justiça do Guarujá. Protocolado SEI nº 29.0001.0188222.2023-23. Ministério Público Federal no Estado de São Paulo. Procuradoria da República no Município de Santos. NF 1.34.012.000640/2023-41. Conflito Negativo de Atribuições. Apura eventual ocorrência de crime de falsidade de títulos e documentos públicos na geração da inscrição do NI-CNPJ nº 33.078.810/0001-10. (Representação Penal nº 1.728/2023, relacionada ao Processo 14311.720562/2023-79)

Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos

Origem: São Paulo

- 44) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00917/2024-25 (Processo Sigiloso)
- Requerente: Sigiloso
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Acre
Advogado: Erick Venâncio Lima do Nascimento – OAB/DF nº 19959
Interessado: Sigiloso
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Acre. Violação de deveres disciplinares. Prática de ato incompatível com o decoro do cargo. Falta de zelo pelo prestígio dos Poderes da União, do Estado e dos Municípios, bem como das funções essenciais à Justiça. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar nº 1.00763/2024-62. Portaria CNMP-CODI/CN nº 35/2024.
- Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Acre
- 45) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00931/2024-92 (Recurso Interno) (Processo Sigiloso)
- Recorrente: Triecon de Barra Mansa Construções Ltda.
Advogados: Ivana Patricia de Araujo Bezerra de Paula – OAB/DF nº 16.952; Paula Ferro Costa de Sousa – OAB/DF nº 24.987; Douglas Xavier de Souza – OAB/RJ nº 182.595; Robson Halley Costa Rodrigues – OAB/DF nº 67827
Recorrido: Ministério Público do Trabalho
Objeto: Ministério Público do Trabalho no Estado do Rio de Janeiro. Requer o controle normativo da Resolução nº 166/2019, aprovada pelo Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho, que motivou a criação do Grupo Especial de Atuação Finalística (GEAF). Alega que apesar da suspensão da Resolução, por prazo indeterminado, o GEAF continuou atuante por meio das Portarias nº 386/2021, nº 41/2022 e nº 1383/2023. Solicita a suspensão das atividades do GEAF, a declaração de nulidade das portarias e invalidação de todos os atos oriundos da citada Resolução. Pedido de Liminar.
- Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Rio de Janeiro
- 46) Conflito de Atribuições nº 1.00968/2024-01
- Requerente: Ministério Público do Estado da Paraíba
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Ministério Público do Estado da Paraíba. Ministério Público do Estado de São Paulo. Processo n.º 0806229-20.2024.8.15.2002. Apuração de possível prática do crime de estelionato, na obtenção de vantagens ilícitas, mediante fraude, em prejuízo de terceiro, por meio da promessa de concessão de empréstimo por interpostos representantes de pessoa jurídica que atuaria como instituição financeira.
- Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Paraíba
- 47) Reclamação Disciplinar nº 1.00981/2024-15
- Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Amapá
Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Amapá; Ministério Público do Estado do Amapá
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado do Amapá.
- Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: Amapá

- 48) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01010/2024-47
Requerente: Domingos Bispo
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Requer a suspensão dos efeitos do Ato Normativo nº 22 de 2024 – PGJ, que cria sanções não previstas em lei aplicáveis aos promotores em substituição, e a revisão do citado ato para afastar possíveis ilegalidades. Alega interferência indevida na "Operação Faroeste" por meio da edição do ato. Pedido de Liminar.
Relatora: Cons. Cíntia Menezes Brunetta
Origem: Bahia
- 49) Notícia de Fato nº 1.01011/2024-09
Requerente: Ministério Público do Estado do Ceará
Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Ceará; Membro do Ministério Público do Estado do Ceará
Advogado: Matheus Andrade Braga – OAB/CE nº 40.495
Objeto: Notícia de Fato. Ministério Público do Estado do Ceará. Solicitação de orientação acerca do cumprimento de decisão administrativa.
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: Ceará
- 50) Procedimento Advogado nº 1.01012/2024-54 (Processo Sigiloso)
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Interessado: Membro do Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Procedimento Advogado. Processo Administrativo Disciplinar Ordinário n. 34234/2022. Conforme acórdão proferido na Reclamação Disciplinar nº 1.00877/2019-36.
Relatora: Cons. Ivana Lucia Franco Cei
Origem: Bahia
- 51) Conflito de Atribuições nº 1.01014/2024-61
Requerente: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Ministério Público do Estado de São Paulo. SEI nº 20.22.0001.0058205.2024-72. Processo 0966605-89.2023.8.19.0001 (Procedimento MPRJ nº 2024.00033339). Apuração de prática de crimes de falsificação e uso de documentos públicos, bem como de estelionato, referente a utilização de falsa procuração e saque bancário fraudulento.
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: São Paulo
- 52) Conflito de Atribuições nº 1.01024/2024-06
Requerente: Procuradoria da República - Bahia
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado da Bahia. Notícia de Fato nº 1.14.000.001157/2024-97. Apuração a respeito de combustível comercializado por distribuidora que não estaria em conformidade com a legislação vigente, no Município de São Francisco do Conde.
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Bahia

- 53) Conflito de Atribuições nº 1.01026/2024-13
Requerente: Procuradoria da República – Bahia
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado da Bahia. Notícia de Fato nº 1.14.004.000352/2023-89. Apuração de possível crime de estelionato, em decorrência de falsa venda de motocicleta através do site OLX.
Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos
Origem: Bahia
- 54) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01035/2024-04 (Embargos de Declaração)
Embargantes: Ministério Público do Estado do Piauí; Procuradoria Geral de Justiça/PI
Embargada: Camila Pinho de Sousa Fontenelle de Araujo
Advogados: Fernando Gaião Torreão de Carvalho – OAB/DF nº 20.800/DF; Felipe de Oliveira Mesquita – OAB/DF nº 34.673
Objeto: Ministério Público do Estado do Piauí. Concurso Público para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva para Promotor de Justiça Substituto. Requer a suspensão dos efeitos do Edital nº 35 de 2024, por não estender o novo critério de correção da prova discursiva a todos os candidatos aprovados. Requer, ainda, a consequente revisão do edital no que se refere a reclassificação provisória dos candidatos. Pedido de Liminar.
Relator: Cons. Edvaldo Nilo de Almeida
Origem: Piauí
- 55) Proposição nº 1.01076/2024-46 (Embargos de Declaração)
Embargante: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Embargado: Presidência do CNMP
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Disciplina a atuação do Ministério Público em procedimentos oriundos de serventias extrajudiciais prestadoras de serviços notariais ou de registros públicos.
Relator: Cons. Edvaldo Nilo de Almeida
Origem: Distrito Federal
- 56) Conflito de Atribuições nº 1.01085/2024-37
Requerente: Procuradoria da República – Bahia
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Ministério Público Federal no Estado da Bahia. Ministério Público do Estado da Bahia. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.14.000.001292/2024-32. Processo IDEA nº 035.9.51585/2019. Apuração de possíveis irregularidades no imóvel de matrícula 32, na cidade de Cachoeira/BA, que aumentou sua área em 1000 vezes, passando de 7.603,50m² (cerca de 1ha) para 7.000.000,00m² (700ha).
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Bahia

- 57) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.01100/2024-38
Requerente: Corregedoria Geral do Ministério Público do Ceará
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará
Advogado: Matheus Andrade Braga – OAB/CE nº 40.495
Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. PAD nº 10.2019.00000007-3. Promotor de Justiça que deixou de fazer constar procedimentos extrajudiciais na tabela respectiva, não os disponibilizando para a equipe de correição. Conversão de Inquéritos Cíveis e PICs em Procedimentos Administrativos, arquivando-os sem intimação das partes. Indução a erro tanto a Corregedoria Geral, quanto o Conselho Superior. Alteração irregular de manifestações. Falta de urbanidade com servidora e outras irregularidades diversas. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos
Origem: Ceará
- 58) Conflito de Atribuições nº 1.01108/2024-77
Requerente: Procuradoria da República – Minas Gerais
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Notícia de Fato nº 1.22.000.002379/2024-55 (02.16.0056.0126261/2024-31). Apuração de suposta aplicação de golpes, sob o pretexto de ajudar idosos e pessoas com deficiência, via redes sociais e plataformas de arrecadação online.
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho
Origem: Minas Gerais
- 59) Conflito de Atribuições nº 1.01114/2024-05
Requerente: Procuradoria da República – Rio Grande do Norte/Ceará-Mirim
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Rio Grande do Norte. Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.28.000.001189/2024-05. Notícia de Fato nº 02.23.2149.0000029/2024-64. Apuração de suposta venda irregular de unidade do Programa "Minha Casa, Minha Vida". Condomínio Residencial Irmã Dulce 3. Município de Parnamirim/RN.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Rio Grande do Norte
- 60) Conflito de Atribuições nº 1.01119/2024-75
Requerente: Procuradoria da República – Rio de Janeiro
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Interessado: Male de Aragão Frazão
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro. Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.30.001.002206/2024-55. Procedimento MPJRJ nº 2020.00169984 (Inquérito Civil nº 13/2020). Apuração das circunstâncias de rompimento do dique na localidade de Degredo, em São João da Barra, bem como apurar o estado que se encontram os diques de Caetá, no mesmo município, o qual apresentava risco de rompimento devido ao desgaste das barragens e das cheias do Rio Paraíba do Sul.
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Rio de Janeiro

- 61) Conflito de Atribuições nº 1.01142/2024-23
Requerente: Ministério Público do Estado da Bahia
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Conflito negativo de atribuições. Procedimento IDEA nº 003.9.244709/2024. Procedimento MPRJ nº 2024.00342920. Apuração de suposta prática do crime tipificado no art. 171, do Código Penal.
Relator: Cons. Edvaldo Nilo de Almeida
Origem: Bahia
- 62) Conflito de Atribuições nº 1.01147/2024-00
Requerente: Procuradoria da República – Espírito Santo/Serra
Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Espírito Santo. NF 1.17.000.001810/2024-14. Ministério Público do Estado do Espírito Santo. 3ª Promotoria Cível de Vitória. GAMPES 2023.0023.6020-17. OUV2023120508. Conflito Negativo de Atribuições. Apura suposta dificuldade para realização de Tratamento Fora de Domicílio (TFD), conforme indicado pelo Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes (HUCAM), unidade vinculada à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), empresa pública ligada ao Ministério da Educação.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Espírito Santo
- 63) Conflito de Atribuições nº 1.01148/2024-55
Requerente: Procuradoria da República – Paraná
Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Paraná. Procuradoria da República no Município de Ponta Grossa. IC nº 1.25.008.000874/2020-14. Ministério Público do Estado do Paraná. Promotoria de Justiça de Tibagi. Procedimento Administrativo nº 0147.19.000898-6. Conflito Negativo de Atribuições. Apurar possível falta de disponibilização de energia elétrica na localidade de Limeira, Município de Ventania/PR, devido às residências se encontrarem incrustadas nas faixas de domínio rodoviária (PR-090) e ferroviária (trecho 56+000 e 59+000), circunstância que impediria a ligação de energia elétrica.
Relator: Cons. Fernando da Silva Comin
Origem: Paraná
- 64) Conflito de Atribuições nº 1.01178/2024-99
Requerente: Ministério Público do Estado do Paraná
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Ministério Público do Estado do Paraná. Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato MPPR nº 0046.24.159989-6. Notícia de Fato MPMG nº 02.16.0024.0084042/2024-92. Apuração de venda de produtos impróprios para o consumo.
Relator: Cons. Edvaldo Nilo de Almeida
Origem: Minas Gerais

PAULO GUSTAVO GONET BRANCO
Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público